

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.PUBLISHER: Luiz Fria
DIRETOR DE REDAÇÃO: Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES: Carlos Foz de Leon e Jádil Brito
CONSELHO EDITORIAL: Fernando Diamante, Hélio Schwartsman,
Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,
Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arão, Ronaldo Lemos,
Thiago Amparo, Luis Fria e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO: Gustavo Fato
DIRETORIA EXECUTIVA: Alexandre Bonazco (finanças, planejamento
e novas negócios), Anderson Demian (mercado de trabalho e estratégias digitais),
João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Prêmio à corrupção
custa R\$ 14 bi ao erárioCom decisões monocráticas despuadoras, que
deveriam caber à maioria do STF, Toffoli prosseguiu
no revisionismo de escândalos confessados

É um escárnio a medida do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, que suspende o pagamento de multas decorrentes de corrupção confessada pela Novonor — empresa outora convênio por Odebrecht que, em dezembro de 2016, firmou acordo de leniência com o poder público para sanar os danos que causara ao erário.

A admissão de fraudes há pouco mais de sete anos da lugar agora a um revisionismo despuado no qual se unem envolvimento nos desmandos e autoridades. Os abusos da Operação Lava Jato não deveriam servir de pretexto para uma corrida acinosa à impunidade.

Uma avenida foi aberta por decisões de Toffoli que, embora solitárias, contam até aqui com o expulso por omissão da corte mais elevada do país. Foi com retórica de militante partidário que o magistrado, em setembro, declarou imprevisíveis as provas obtidas a partir do acordo com a Odebrecht.

Ali se escancarou o propósito de desqualificar por inteiro as investigações de corrupção — como se não tivessem havido confissões e bilhões devedores aos cofres públicos. Causa estranha, aliás, o silêncio do principal beneficiário da dinheirama, o governo federal.

A ofensa contra os fatos se aprofundou com o descalço com o dinheiro do contribuinte quando foi suspensa a multa de R\$ 15,3 bilhões aplica-

da ao grupo J&F, que firmou acordo de leniência em 2017. Não foi embargo ou para a benesse o fato de a mulher de Toffoli, Roberta Rangel, ser advogada da J&F em um litígio empresarial. Poucos meses antes, afinal, o Supremo derrubou a proibição de magistrados julgarem causas de clientes de seus cônjuges.

Com a interrupção dos pagamentos de Odebrecht, chegam a R\$ 14,1 bilhões as perdas que elevarão o déficit do Tesouro, sua dívida e os juros com os quais arcará toda a sociedade — nada que pareça impressionar o Judiciário para liderar rankings globais de custo.

A desmoralização do revisionismo só é possível com a cumplicidade interessada instalada em Brasília, com raras exceções. Passado o momento mais agudo de indignação da opinião pública, governo e oposição, congressistas e juízes se isam na preservação de privilégios e na derrubada de punições.

Renovam, assim, os incentivos à improbidade e à intromissão de interesses privados na gestão da coisa pública. Semear o descrédito na política e nas instituições, que tão pródigo se mostrou.

Há que estancar esse processo. O exame das canetadas de Toffoli pelo plenário do STF e a restrição a decisões monocráticas de magistrados são apenas as providências mais urgentes a tomar.

Cornucópia cadastral

Georreferenciamento do Censo 2022 pode
amplificar capacidade gerencial do Estado

A complexa realidade social vem sendo capturada em alta velocidade pela proliferação de bases de dados, o que, em princípio, facilita tanto o desempenho quanto a cobrança de governantes. O casamento dos dados do IBGE com sistemas digitais de informação geográfica dá bom exemplo das facilidades panópticas do Estado.

Claro que há riscos implícitos, como ao direito de privacidade. Mas, ressalvadas restrições da Lei Geral de Proteção de Dados, a multiplicação de cadastros abre ampla janela de oportunidade para aperfeiçoar políticas públicas.

Como mostrou a Folha, pela primeira vez entrevistados do IBGE coletaram, no Censo de 2022, as coordenadas dos 11 milhões de endereços onde vivem 203 milhões de brasileiros. Apenas em 747 milificações (6,7%) a informação precisa deixou de ser obtida e precisou ser estimada.

Em recenseamentos anteriores, a localização se fazia em células com 200 m de lado, em áreas urbanas, ou até 1 km, em zonas rurais. Agora se pode verificar, por imagens de satélite, cada prédio.

O fruto mais imediato da acuidade geodemográfica foi relacionar as 18 cidades campeãs em imóveis vazios, ou seja, com mais domicílios do que habitantes — como municípios de veraneio, que têm casas ocupadas temporariamente.

Um emprego mais pragmático dessas informações seria cruzá-las com o mapeamento das áreas de risco da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. A superposição diagnosticaria a existência de 144 domicílios na área de médio risco e outros 193 na de risco alto da Vila do Sahy, em São Sebastião (SP), onde deslizamentos mataram 64 pessoas no Carnaval passado.

A disponibilidade das bases de dados, no entanto, não garante eficiência do poder público. Não é por falta de informações detalhadas, mas por omissão: fragmentos, que tais tragédias se repetem a cada verão — mais ainda com os efeitos da mudança climática.

É preciso mobilizar os números inertes em discos rígidos para instruir políticas consequentes. Dados que se multiplicam de nada servem quando se filma o filme, nem se discutem, o que faz com eles.



Os fantasmas de Toffoli

Hélio Schwartsman

Al, Dias Toffoli... O ministro do STF, numa canetada, livrou a Novonor, o novo nome da velha Odebrecht, de pagar as multas do acordo de leniência que firmara com o MPF por seu protagonismo na corrupção levada pela Lava Jato. Estamos falando de R\$ 3 bilhões. Um mês antes, Toffoli já tomara decisão semelhante em relação à J&F, no valor de R\$ 1,3 bilhões.

É difícil entender o que anima o ministro. Meu palpite literário é que, como um Macbeth tropical, ele se vê assombrado pelo fantasma da culpa, que o faz agir de forma desconexa. Voto da pena de Toffoli a mais cruel das decisões judiciais contra Lula quando ele cumpria pena em Curitiba, que na prática o impeliu de comparecer ao enterro do irmão Genival Itácio da Silva, o Vovô. Toffoli, vale lembrar, não era um estranho para Lula. Ele foi indicado pelo petista para o cargo e não tinha em seu currículo muito mais do que o fato de ter prestado serviços ao próprio Lula e ao PT.

Muita impressão é que, assalta-

do por uma espécie de espectro de Banquo, Toffoli tomou para si a tarefa de desfazer a Lava Jato. Não há dúvida de que os abusos cometidos na operação devem ser corrigidos, mas há limites lógicos para as revisões. A corrupção não foi imaginada por hipossuficiência. Estavam assistidos pelos melhores advogados do país, que avaliaram a situação e se aconselharam. Descrever a Odebrecht como vítima excede o surrealismo possível.

De todo modo, Toffoli deveria ser mais cuidadoso. Casos desse tamanho jamais deveriam ser decididos monocraticamente, mas sempre passar pelo plenário. E nem falo do fato de o ministro não se ter declarado impedido de atuar em caso de um cliente de sua mulher, Roberta Rangel, que advoga para o grupo J&F. Tão importante quanto a evitar conflitos com fantasmas do passado é evitar os fantasmas do futuro.

heliog@folha.com.br

Nada será como antes

Dora Kramer

Em sua volta à cena política com artigos, entrevistas e piadas mil sobre o presente e o futuro da esquerda, José Dirceu (PT) dá um bom conselho ao seu partido, que pode ser resumido numa palavra: mea-se.

Chefe da Casa Civil com total ascendência sobre Luiz Inácio da Silva em seu primeiro governo, presidente do PT na campanha vitoriosa de 2002 e responsável pela defesa da opção pela política de alianças como caminho de acesso à presidência da República, Dirceu sabe o que diz.

Examina o ambiente e enxerga o que os subalternos a Lula por adoração egra, preguiça ou dever de ofício tentam em não reconhecer. Trata-se da movimentação da direita para muito além da figura de Jair Bolsonaro (PL) à qual o presidente se foca na reversão ao antecessor.

O fator comparação tende a se enfraquecer. Primeiro, pelo óbvio, a inelegibilidade de Bolsonaro. Segundo, porque na busca pelo quanto mandato o petista será confrontado com o próprio desempenho ora em curso.

Em terceiro lugar está a apresentação de credenciais de postulantes da direita — notadamente governantes — para quem ocorrer em 2026 sem depender de ex-presidente que, ao contrário do que procura demonstrar, não manda no PL, isso ficou evidenciado no embate em São Paulo pelo apoio à reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB), vencido pelo presidente da legenda, Valdemar Costa Neto.

Dirceu não critica diretamente Lula. Defende a reeleição e "12 anos de poder para o PT, mas condicional ao êxito a uma 'modernização política, técnica e de organização' do partido. Ou seja, propõe um olhar à frente, com atuação muito mais ampla que a mera fixação na memória de Bolsonaro. Em outras palavras, aponta o risco da ressurreição do sectarismo que derrotou Lula em três eleições presidenciais e defende a retomada da visão plural vitoriosa em 2002. O petista amigo é. E parece avisar que 2026 não será igual a 2022.

Os confinados de Botafogo

Alvaro Costa e Silva

Na hora do desespero, o indefectível celular não resolveu o problema. Eles foram pedir ajuda através das grades, aos barões, para quem passava pela rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, ou belia num botim do outro lado da calçada. "Estamos presos, esqueceram a gente trancada". Ou era uma pegadinha ou um golpe, pensaram aqueles que assistiam à cena.

Acertou no último sábado de janeiro, um pouco antes da meia-noite. Encerrada a última sessão, cerca de 40 espectadores que estavam no Luís Baruel, os personagens estão presos numa mansão: nada os impede de sair, mas eles não conseguem.

Em "A Rosa Púrpura do Cairo", Woody Allen encontra a saída: pular da sala de cinema para dentro do filme.

A história dos 42 rejeitados de Botafogo — descoberta pelo repórter cineasta fechada. Os funcionários ou haviam ido embora, acreditando que as projeções tinham acabado. Era como se o filme fosse, nem se discutiram — "Os Rejeitados", uma comédia de Alexander Payne na qual um grupo de pessoas é obrigado, contra a vontade, a passar um longo período de tempo — centenas de horas — em um espaço confinado.

Assituações de confinamento são quase um subgênero cinematográfico. Mesmo numa reunião de não cinefilos é fácil citar inúmeros títulos, de "Alien" a "O Barancho". Um dos melhores filmes B de todos os tempos — "Assalto à 13ª DP", de John Carpenter — mostra que o lugar aparentemente mais seguro, uma delegacia, pode ser o mais perigoso e assustador. Em "O Anjo Exterminador", de Luis Baruel, os personagens estão presos numa mansão: nada os impede de sair, mas eles não conseguem.

Em "A Rosa Púrpura do Cairo", Woody Allen encontra a saída: pular da sala de cinema para dentro do filme.

A história dos 42 rejeitados de Botafogo — descoberta pelo repórter cineasta fechada. Os funcionários ou haviam ido embora, acreditando que as projeções tinham acabado. Era como se o filme fosse, nem se discutiram — "Os Rejeitados", uma comédia

É preciso coragem

Tsai Surui

Coordenadora da Associação de Defesa Ambiental, Saúde e do Meio Ambiente da comunidade indígena de Roraima

A Constituição determina que a União demarque e proteja as terras indígenas, o que foi descumprido pela gestão anterior. Lula prometeu retomar e concluir todos os processos demarcatórios pendentes.

Durante agenda de Acampamento Terra Livre, no ano passado, Lula afirmou que quer terminar seu mandato com todas as terras indígenas demarcadas. "É um compromisso que eu tenho. O que nós queremos é terminar o mandato com os indígenas brasileiros respeitados e tratados com toda a dignidade que todo ser humano merece neste país", afirmou.

Como o governo atual tivemos muitas conquistas, como a própria criação do Ministério dos Povos Indígenas, comandado por Sônia Guajajara, e com a Funai e a Saúde Indígena assumidas pelos indígenas Joená Wapichana e Welbe Tapeba, respectivamente. Mas a realidade é que ambos os órgãos precisam de fortalecimento e de recursos. A Funai e a Saúde Indígena continuam defasadas e desestruturadas.

Para que os compromissos assumidos sejam de fato postos em prática é necessário não ser omissão, é preciso ter coragem. Ainda enfrentamos as invasões e ataques por nossas vidas e pela das nossas crianças.

Um ano após a explosão da tragédia vista por todo o país e pelo mundo, o garimpo ilegal, a desmatamento e a máfia permanecem na Terra Indígena Yanomami. Nossos líderes e guardiões seguem sendo ameaçados e assassinados. A emergência indígena continua.

Segundo a ministra, o governo está saindo de "ações emergenciais" para "ações permanentes de acompanhamento e fiscalização" na TI Yanomami que estão sendo discutidas na Casa Civil, comandada por Rui Costa. O ministério ficará responsável pela estruturação de uma Casa de Governo em Roraima que pretende monitorar de perto o cenário e prestar auxílio aos indígenas. Lula afirmou que agora se trata de uma questão de Estado. Mas não era antes? A verdade é que o governo falhou com a questão yanomami.

Lembremos que ainda estamos discutindo — e continua a ser cobrada pelo movimento indígena — a demarcação dos territórios e que há outras 240 áreas com processos abertos na Funai, tramitando em alguma instância do governo à espera de conclusão.

No entanto, a própria Casa Civil bloqueia homologações de terras indígenas e o próprio ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, votou a favor da derrubada dos vetos do presidente ao Marco Temporal para a demarcação das terras indígenas.

Coragem e compromisso. O governo Lula, a Casa Civil e o Ministério da Justiça precisam ser cobrados para não se acomodarem perante a violência decretada por aqueles que colocam nossas vidas.